

Wladimir Novaes Martinez

COMENTÁRIOS ÀS LEIS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Leis 13.982/2020 e 13.998/2020
Estudo Prático Sobre o *Coronavoucher*

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-004-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Martinez, Wladimir Novaes.

M385 Comentários às leis do auxílio emergencial: Leis
13.982/2020 e 13.998/2020 – estudo prático sobre o
Coronavoucher./ Wladimir Novaes Martinez./ Curitiba:
Juruá, 2020.

154p.: il.; 21,5cm

1. Programa de sustentação de renda – Brasil. 2. Bra-
sil – Política social. 3. Auxílio emergencial. I. Título.

CDD 361.610981(22.ed)
CDU 339.12

00031

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13

PARTE I

1 FONTES FORMAIS	19
2 DESTINATÁRIOS REGULAMENTADOS	23
Empregado formalizado.....	24
Agente público.....	24
Empregado informalizado	24
Trabalhador intermitente	24
Profissional autônomo	25
Obreiro desempregado.....	25
Família monoparental.....	25
Benefício temporário.....	25
Segurado facultativo	25
Clientela protegida.....	25
3 CLIENTELA PROTEGIDA.....	27
Brasileiro no exterior	29
Voluntários	29
Moradores de rua	29
Presidiários	30
Evadidos	30
Quilombolas	30
Ciganos.....	30
Andarilhos	30
Circenses.....	30
4 NATUREZA JURÍDICA	31

5	CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS	33
	Excepcionalidade da medida.....	33
	Automaticidade da concessão.....	33
	Verificação da regularidade	34
	Solicitação a <i>posteriori</i>	34
	Dispensa de perícia médica.....	34
	Duração da manutenção.....	34
	Política pública	34
	Alimentaridade do benefício.....	35
	Valor tabelado.....	35
	Clientela definida.....	35
6	GESTORES DA OBRIGAÇÃO	37
7	ASPECTOS FORMAIS	41
8	CONSTITUCIONALIDADE DO BENEFÍCIO.....	43
9	RELAÇÃO JURÍDICA.....	45
10	ESTÁGIOS DA PRETENSÃO.....	47
	Direito adquirido.....	47
	Expectativa de direito	48
	Perecimento do benefício.....	48
	Ausência de direito	48
11	DECADÊNCIA DO DIREITO	49
12	INVOCAÇÃO DA ANALOGIA.....	51
	Conceito mínimo	51
	Hermenêutica aplicável.....	51
	Validade intrínseca	51
	Riscos da utilização	52
	Técnicas comuns.....	52
	Custeio da obrigação.....	52
13	PROCESSUALÍSTICA DO PLEITO.....	53
14	INTERPRETAÇÃO DA MATÉRIA	55
	Dano moral	55
15	JUSTIÇA COMPETENTE	59
	Natureza dos órgãos.....	59
	Ministério da Cidadania.....	60
	Banco do Brasil.....	60

3

Caixa Econômica Federal	60
INSS	60
Receita Federal do Brasil	60
Substituição da Justiça Federal	61
16 MEIOS PROBATÓRIOS	63
Modelo de declaração	64
17 EMENTA DA LEI	65
18 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	67
Incapacidade financeira	67
Regra de acumulação	68
Extensão à segunda pessoa	69
Conceito de renda <i>per capita</i>	69
Ampliação do valor	70
Nível da deficiência e perda de autonomia	71
Circunstâncias pessoais	71
Orçamento do núcleo familiar	72
19 FAMÍLIA MONOPARENTAL	73
Norma mais benéfica	73
Conceito de monoparentalidade	74
Prova dos rendimentos	74
Conceito de renda familiar	74
Excluídos do conceito	75
Cálculo da renda individual	75
Limitação da família	75
20 REQUISITOS BÁSICOS	77
Disposição regulamentar	78
Maioridade protetiva	78
Empregado formalizado	79
Agentes públicos	80
Benefícios da seguridade social	80
Rendas do titular	81
Renda individual	82
Renda familiar	82
Renda tributável	82
Microempreendedor Individual	82
Contribuinte individual do Regime Geral	83

Beneficiados pela Lei 12.470/2011.....	83
Trabalhadores distinguidos.....	83
Trabalhador intermitente.....	83
Mãe de família.....	84
Benefício assistencial.....	84
Acesso ao benefício.....	84
21 DINÂMICA DA MANUTENÇÃO.....	85
<i>Modus operandi</i>	85
Cronograma do pagamento.....	86
Conta bancária.....	87
Montante da renda mensal.....	87
Critério de reajustamento.....	87
Data do início.....	87
Concessão indevida.....	88
Falecimento do titular.....	88
Percipiente do seguro-desemprego.....	88
22 EMPREGADOS FORMALIZADOS.....	89
23 PARTICIPAÇÃO DO INSS.....	91
24 ANTECIPAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA.....	93
Período de carência.....	94
Atestado médico.....	94
Posição do Conselho Federal de Medicina.....	94
Exigência do atestado médico.....	95
Passos do documento.....	96
Menores de idade.....	97
Prorrogação do benefício.....	97
Perícia remota.....	97
25 REPASSE DOS PRIMEIROS 15 DIAS.....	99
26 PRORROGAÇÃO DOS 90 DIAS.....	101
27 VIGÊNCIA DA LEI.....	103

PARTE II

28 EMENTA DA LEI 13.998/2020.....	107
29 INCAPACIDADE PARA FINS DO BPC.....	109
30 DISPOSIÇÕES DIVERSAS.....	111
Maioridade protetiva.....	112

31 PESCADOR ARTESANAL.....	113
32 NORMA MAIS BENÉFICA.....	115
33 CLIENTELA PROTEGIDA.....	117
34 DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA	119
35 FAMÍLIA MONOPARENTAL.....	121
36 EMPREGADOS FORMALIZADOS.....	123
37 CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS.....	125
38 CESSAÇÃO OU REDUÇÃO DE BENEFÍCIOS	127
Abrangência do tema	127
Paralisação da manutenção	127
Cessação e redução	128
Aposentadoria por invalidez.....	128
Benefícios abrangidos.....	128
Clientela do preceito.....	129
Enfermidade grave.....	129
Confusão vernacular	129
Retorno do cenário.....	129
<i>Mors onmia solvit</i>	129
Normas do parágrafo �nico	130
39 SUSPENSÃO DE PARCELAS DO FIES	133
Conceito de FIES.....	134
Condição exigida.....	134
Suspensão das parcelas	134
Estudante com curso concluido	134
Número de parcelas	134
Prorrogação dos prazos.....	134
40 NORMAS REVOGADAS.....	135
41 VIGÊNCIA DA LEI	137
ÍNDICE REMISSIVO.....	139